

ÁREA TEMÁTICA:
Inovação e sustentabilidade

TÍTULO:
DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO DAS RESEX DE RONDÔNIA: UMA
ANÁLISE DA VISÃO DOS PRINCIPAIS ATORES.

Neima Quele Silva
neimaquele@yahoo.com.br
Universidade Federal de Rondônia

Carlos André da Silva Muller
profcarlosmuller@yahoo.com.br
Universidade Federal de Rondônia

RESUMO

A considerar as Reservas Extrativistas (RESEX) como uma política pública de conservação da biodiversidade a partir da institucionalização de uma forma inovadora de gestão conciliando o homem e a natureza, este artigo teve como objetivo analisar como dois grupos de atores sociais interpretam essa institucionalização. De um lado os extrativistas, de outro os representantes de organizações que giram em torno das RESEX. Como referencial teórico, considerou-se a abordagem institucional da sociologia organizacional de Meyer e Rowan, DiMaggio e Powell e Scott e do outro a sociologia econômica representada por Neil Fligstein. Metodologicamente, utilizou-se o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) como forma de compreender como o discurso de ambos os grupos no que se refere a definição de extrativismo, desenvolvimento e sustentabilidade. Os resultados apontam para discursos bastante distintos, sendo os extrativistas relacionando suas atividades como meio de sobrevivência, com pouca conotação ambiental. Por outro lado os representantes das organizações demonstram ter um discurso politicamente correto, mas com pouca eficácia na gestão ou apoio às RESEX. Conclui-se que esse descompasso reflete negativamente na gestão destas Unidades de Conservação e que a sustentabilidade ainda não tem sido atingida nessas áreas, vez que a baixa renda tem feito extrativistas optarem por manejos florestais, cada vez mais frequentes.

Palavras-Chave: Extrativismo, desenvolvimento, sustentabilidade, institucionalismo, sociologia econômica.

1 INTRODUÇÃO

A criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação é um esforço do governo brasileiro para gerenciamento do espaço territorial amazônico, com clara intenção de busca de meios institucionais de conservação da biodiversidade. Entre as Unidades de Conservações definidas por lei (LEI Nº 9.985, 18 de julho de 2000), as Reservas Extrativistas tem se mostrado bastante controversa na literatura que trata sobre o tema (ALLEGRETTI, 1997; HOMMA, 2008).

Historicamente, a institucionalização das RESEX foi um processo marcado por conflitos gerados pela oposição de interesses territoriais, cujas populações locais remanescentes dos períodos econômicos da borracha, tiveram que buscar a união com os povos indígenas para lutar contra grandes fazendeiros em defesa da floresta (ALLEGRETTI, 2002). Algumas perdas como a morte de líderes seringueiros ocorreram, dentre os quais Chico Mendes, porém, em 2000, com a criação do SNUC tais conflitos são superados iniciando uma nova fase, onde torna-se fundamental a gestão compartilhada dos órgãos públicos com a comunidade extrativista.

A forma de gestão adotada compreende a criação de um Plano de Manejo onde se define as responsabilidades dos atores envolvidos e a forma de exploração da reserva extrativista, que terá sua comunidade organizada por meio de associações de moradores e conjuntamente com representantes governamentais comporão o conselho consultivo da RESEX (LEI 9.985, de 18 de julho de 2000, ART. 12-20).

No entanto, os problemas internos às RESEX permanecem tais como extrações de madeira legitimadas por parte do poder público ou extrações ilegais – sem plano de manejo –, causadas por invasões e, ainda, ausência do Estado no interior das áreas, bem como deficiência no gerenciamento da produção, organização, beneficiamento e transporte dos produtos (FACHINELLO e SIENA, 2009, p. 02; VALIANTE, 2008, p. 29; MOREIRA, 2010, p. 63). Tais constatações evidenciam uma possível desestruturação social e econômica causada pela implementação das regras de utilização das RESEX e ineficiência em sua gestão, da qual deriva a presença de conflitos gerados por interesses de grupos tais como os madeireiros que, com seu avanço, adentram territórios concedidos aos extrativistas e nesse processo aumentam a área desmatada da floresta amazônica.

A presença de conflitos e interesses, problemas de poder e sociais, bem como o processo de institucionalização pelo qual passou a Amazônia brasileira, o qual levou a sua forma única de gestão, no entanto, ainda necessitam de análises que permitam o entendimento de como esse processo ocorre na realidade dessas populações tradicionais.

O entendimento de como as regras que institucionalizaram as Resexs são compreendidas pelos atores, porém, requerem um arcabouço específico, caso que se buscou junto à teoria institucional, a qual trás conceitos como mitos, cerimônias, campo organizacional, cognição como elementos explicativos das adesões e contraposições à mudanças em um determinado espaço de atuação na qual atores sociais interagem para definição das regras vigentes sejam elas formais ou informais (MEYER e ROWAN, 1977; POWELL e DIMAGGIO, 1991; TOLBERT e ZUCKER, 2010).

Entendeu-se, pois, as reservas extrativistas como um campo organizacional (DIMAGGIO e POWELL, 1983) que considera as lutas de poder onde a estabilização do campo está relacionado a perpetuação de regras e valores que beneficiam os atores sociais dominantes, em detrimento dos grupos dominados, tal como definido por Fligstein (2007).

Dessa forma, este artigo teve como objetivo analisar a interpretação dos atores extrativistas de um lado e representantes de organizações de outro. Especificamente buscou-se: (i) compreender o discurso dos atores sobre o conceito de extrativismo, desenvolvimento e sustentabilidade; (ii) comparar os discursos desses grupos de atores; e (iii) verificar como esses discursos se alinham à motivação central que institucionalizou as Reservas Extrativistas.

Assim o trabalho discute primeiro a abordagem institucionalista e seus conceitos principais. Na sequência apresentou-se um histórico do processo de institucionalização das Reservas Extrativistas, bem como a visão acadêmica dos principais *experts* no assunto. No capítulo 3 apresentou-se a metodologia utilizada na pesquisa seguida pelos resultados e discussões no capítulo 4. Por fim, foram apresentadas as conclusões da pesquisa com breves considerações acerca das relações existentes no seio das Resexs e seu entorno.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Teoria institucional e a sociologia econômica

A perspectiva institucionalista teve sua origem com a contraposição à teoria econômica clássica e neoclássica que colocavam o centro de sua análise no individualismo metodológico, caso que limitava a análise de aspectos sociais, culturais e ambientais, caracterizados por variáveis não-econômicas. Fatores psicológicos e conflitos de poder, por exemplo, que extrapolam a noção de mercados não encontram consonância no *mainstream* econômico. No intuito de superar tais limitações, a escola histórica Alemã busca a explicação dos determinantes dos fenômenos econômicos a partir de fatores psicológicos, conciliando a História com a Economia e a Sociologia, gerando algumas subteorias e dentre elas a formulação da teoria institucionalista pelos norte-americanos (MOURÃO, 2007, p. 03).

O velho institucionalismo foi consolidado a partir dos trabalhos de Thorstein Veblen, John Commons e Wesley Mitchell os quais davam destaque para o estudo da estrutura, das regras e dos comportamentos de organizações, que são moldadas pela visão das pessoas, alterando ou fortalecendo o seu próprio ponto de vista e assim gerando os mercados através de um processo adaptativo ou de coerção institucional (CONCEIÇÃO, 2002, p. 122). Em outras palavras, as instituições mudam e com estas mudanças pressionam o sistema gerando conflitos e crises (tensão entre ruptura e regularidade), levando a mudanças de atitudes e ações (CONCEIÇÃO, 2002, p. 123).

A partir dos anos 70, o institucionalismo é reformulado tendo sua análise ampliada adicionando o conceito de ambiente, arena ou campo organizacional, gerando diversas perspectivas institucionalistas tais como institucionalismo histórico, institucionalismo da escolha racional e o institucionalismo sociológico, sendo que deste último tem-se a análise organizacional.

Do ponto de vista weberiano tem-se o entendimento estrito de instituição como organização baseada na ação racionalizada, como foco na eficiência produtiva, com objetivos a serem alcançados por meio de um sistema de regras e papéis pré-determinados. Porém, o paradigma weberiano foi questionado por estudos sociológicos que sugerem a presença de valores culturais (BERGER e LUCKMANN, 2011). Meyer e Rowan (1977) argumentam que a organização não é suficiente para explicar todos os

fatores que determinam a instituição, havendo, segundo os autores, elementos ou estruturas imersas em um ambiente social gerando mitos, crenças e hábitos sociais que incorporados irão gerar novos elementos e, portanto, mudanças no ambiente institucional.

O campo organizacional pode então, ser definido como área de vida institucional de diversos atores, no agregado, na qual o campo estruturado representa um ambiente de respostas organizacionais no sentido de representação na qual seu relacionamento se delimita (DIMAGGIO e POWELL, 1983).

Seis perspectivas teóricas de campo organizacional, podem ser desenvolvidas buscando delimitar a amplitude conceitual de DiMaggio e Powell: (i) campo como a totalidade dos atores relevantes; (ii) campo como arena funcionalmente específica; (iii) campo como centro de diálogo e de discussão; (iv) campo como arena de poder e de conflito; (v) campo como esfera institucional de interesses em disputa; e (vi) campo como rede estruturada de relacionamentos (MACHADO-DA-SILVA, GUARIDO FILHO e ROSSONI, 2010). O campo seria, portanto, um ambiente onde se dá o processo de institucionalização, ou seja, onde os elementos são criados dando sequência ao surgimento de organizações que, futuramente irão se consolidar ou gerar novas instituições.

Destaque deve ser feito para a conceituação feita por Fligstein (2007) que identificou o campo como “situações nas quais grupos organizados de atores se reúnem e desenvolvem suas ações recíprocas face a face”. O autor dá uma ênfase diferenciada ao afirmar que o campo é moldado ou induzido pela ação dos atores, mais especificamente da habilidade social, levando a cooperação de outros atores, e, por conseguinte, uma ação coletiva que irá construir e reproduzir ordens sociais locais, ou seja, novos campos institucionais (FLIGSTEIN, 2007, p. 62). Tal perspectiva guarda relação com o campo como esfera institucional de interesses em disputa, sendo útil para a compreensão das relações sociais geradas por interesse, cooperação e, portanto, novas ordens sociais.

A ênfase no comportamento do ser humano, partir de suas inter-relações passa a ser foco da escola denominada Sociologia Econômica, cuja centralidade está constituída na imersão social da economia, ou seja, a existência de uma inter-relação entre a economia e a sociologia (GRANOVETTER, 1985; SWEDBERG, 2004). As relações sociais podem então, serem consideradas como variável-chave na compreensão do campo organizacional que passa a ser moldado pela ação coletiva dos atores que, induzidos a

cooperar, proporcionam novas identidades e quadro cultural a esses campos (FLIGSTEIN, 2007, p. 62).

Sendo assim, a transformação no interior do campo dá-se pela influência de atores-chaves ou atores socialmente mais hábeis que utilizam sua percepção do conjunto de atores de forma a proporcionar uma interpretação da situação determinando assim, as ações que estão de acordo com interesses e as identidades existentes, possibilitando atingir os fins coletivos (FLIGSTEIN, 2007, p. 62). Entretanto, devida atenção deve ser dada ao interesse na análise, uma vez que podem ser considerados do ponto de vista material, emocional, político, entre outros, porém, são sempre socialmente construídos concretizando-se por meio das relações sociais (SWEDBERG, 2004, p. 26). Tolbert e Zucker (2010, p. 206) destacam a ação de *champions*, conforme denominado por Dimaggio (1988), indivíduos com interesse na estrutura material e que atuam na busca de solução para problemas organizacionais, o que justificaria determinados arranjos na estrutura formal.

Sob esse prisma, as instituições seriam resultantes das ações dos indivíduos, que em busca de interesses, coletivos ou não, geram uma nova realidade coletiva, com a institucionalização de novas identidades.

2.2 Reservas Extrativistas

Até meados do século XVII, a borracha era um dos vários produtos da região amazônica, condição que se modificou com a Revolução Industrial, elevando a demanda do fruto da seringueira, extraído manualmente, no que é conhecido como primeiro ciclo da borracha (MACIEL, 2003, p. 05). Com o advento da produção na Malásia, a extração brasileira entra em declínio, tendo seu retorno, com a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), por ocasião da invasão ocorrida naquele país. Em ambos os ciclos, houve uma grande migração da população nordestina, que instalada na região permanece mesmo com o novo declínio da produção da borracha brasileira, devido a retomada na produção dos países asiáticos (MACIEL, 2003, p. 14). Estes povos remanescentes se tornaram uma população tradicional na região, resultantes do abandono em antigos seringais em ambos os ciclos da borracha. São seringueiros, extrativistas, ribeirinhos, pescadores,

castanheiros, quebradeiras de coco babaçu – pobres e marginalizados (ALLEGRETTI, 2008, p. 40).

Em nível de país, desenrolava-se o plano de unificação do mercado nacional, com o avanço da industrialização, que na região amazônica foi traduzido pela abertura realizada por Juscelino Kubitschek, através da implantação de novas rodovias, o que acentuou a migração (BECKER, 2001, p. 136). No entanto, apenas depois de 1966 que passa a ser realizado um planejamento efetivo na região com a implantação do Banco da Borracha, futuro Banco da Amazônia e a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em substituição à extinta, Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). No início dos anos 1980 é lançado o Projeto de Desenvolvimento Integrado do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE), recursos do Governo Federal e Banco Mundial e que visava absorver a população de outros estados através do uso da terra da região (EMBRAPA, 2012). O resultado foi a implantação de um modelo de desenvolvimento baseado na grande empresa agropecuária (CAVALCANTI, 2002, p. 43).

Dessa forma, desenhou-se um cenário de desvalorização da população local que veem os antigos seringados transformados em pastos o que precariza suas condições de habitação (SIENA, OLIVEIRA, *et al.*, 2011, p. 07). Na região os conflitos existentes eram entre os seringueiros e índios, visto que os primeiros em busca da seringueira e aumento de sua produção precisava avançar cada vez mais adentro da floresta invadindo áreas de outros povos locais. Surgem novos conflitos, desta vez entre seringueiros e os novos donos da terra desencadeando a ação de movimentos sociais em defesa da floresta.

Em 1975, por iniciativa da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura (CONTAG) foram criados os primeiros Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR) que passam a intermediar os conflitos (ALLEGRETTI, 2008, p. 45). Chico Mendes, um dos maiores líderes a época articula-se junto as organizações e ao movimento ambiental internacional modificando a tônica do discurso que além da disputa pela terra, adquire a temática da conservação dos recursos naturais (MACIEL, 2003, p. 21). Em 1988, Chico Mendes é assassinado.

Ainda, agregando-se a um novo segmento, antes opositor, os indígenas, amplia o movimento social, sendo articulado do ponto de vista dos “povos da floresta”, passando a luta pela Reforma Agrária (ALLEGRETTI, 2002, p. 414). Organizados, os povos da

floresta, através de um movimento chamado “empates” impediam o desmatamento da floresta (ALLEGRETTI, 2008, p. 47).

Em 1985 é, então, realizado o 1º Encontro Nacional dos Seringueiros, onde foi criado o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) e formulada uma proposta que culminou na criação das Reservas Extrativistas (Resex):

“Áreas de extrativismo sustentável, de domínio público ou privado, desapropriadas para este fim, regularizadas através de concessões de direito real de uso do poder público a populações locais organizadas em associações ou cooperativas, tendo como principais objetivos a conservação do meio ambiente, a regularização da situação fundiária das populações locais, o desenvolvimento socialmente justo, ecologicamente sustentável e economicamente viável da região e a realização de pesquisas científicas voltadas à consecução dos objetivos anteriores” (MOREIRA, 2010, p. 30).

Tal conceito foi utilizado como base para formulação da Lei nº 9.985, publicada em 18 de julho de 2000, e que institucionaliza as Unidades de Conservação (SNUC), incluindo nestas, as Reservas Extrativistas, conforme definição descrita no Art. 18:

“A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.”

No entanto, as primeiras reservas extrativistas já haviam sido criadas, as quais Resex do Alto Juruá, por meio do Decreto n.º 98.863, de 23 de janeiro de 1990. Logo após, o Decreto nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990 institucionaliza as Resexs, definindo-as como espaços destinados à exploração sustentável, e a lei do SNUC, de 2000, promove a institucionalização das áreas de conservação.

Em Rondônia, Ainda em 1988, foi realizada a primeira aproximação do zoneamento socioeconômico (ZSEE), seguido do Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (PLANAFLORO), cuja meta assegurava a criação de unidades de conservação estaduais, tendo criado a maioria das áreas protegidas do Estado, ainda durante os anos de 1990 (SIENA, FACHINELLO e MAIA, 2010, p. 05).

No entanto, a criação e institucionalização das Resexs não dirimiu totalmente os problemas existentes na região, visto que o aparato legal criado apresentava “fragilidade” e “instabilidade” (MOREIRA, 2010, p.32). Além disso, permanece a extração de madeira

ilegal ou legitimados pelo poder público, ausência do Estado no interior das reservas e deficiência no gerenciamento da produção, organização, beneficiamento e transporte dos produtos (FACHINELLO e SIENA, 2009, p. 02; VALIANTE, 2008, p. 29; MOREIRA, 2010, p. 63).

Sendo assim, uma análise à luz da teoria institucionalista poderá permitir a compreensão das relações sociais e conflitos de poder existentes no interior das reservas extrativistas contrapondo-os com sua proposta de criação.

3 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada sob abordagem qualitativa e perspectiva descritivo-analítica, considerando a intenção de descrever e interpretar o fenômeno inerente às Reservas Extrativistas, mais especificamente, sua realidade no Estado de Rondônia sob a ponto de vista dos próprios atores. Como suporte, foram realizadas duas pesquisas: (a) pesquisas documental e (b) base de dados da pesquisa “Busca da Sustentabilidade para os Produtos Não-Madeiráveis (PFNM) para o Estado de Rondônia” (UNIR, 2011).

A população para coleta de dados foi composta por atores envolvidos com gestão das Resexs, extração e distribuição dos produtos, tais como os produtores, intermediários e organizações relacionadas. A amostra foi composta por 79 (setenta e nove) atores, sendo 46 (quarenta e seis) extrativistas ou produtores e 33 (trinta e três) representantes das organizações.

Por extrativistas se compreende os moradores das RESEX, cuja subsistência baseia-se na extração de produtos não-madeireiros. Por organizações compreende-se as organizações privadas tais como, associações de moradores rurais, de produtores, de seringueiros, bem como públicas, tais como Secretaria de Desenvolvimento Ambiental (SEDAM), Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia (EMATER), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Regularização Fundiária (SEAGRI).

Foi perguntado a estes atores, de forma aberta, três questões com vistas a compreensão do conceito de reservas extrativistas conforme sua formulação inicial, a qual relaciona-se com desenvolvimento sustentável, tal como segue:

1. Para você qual o significado de extrativismo?

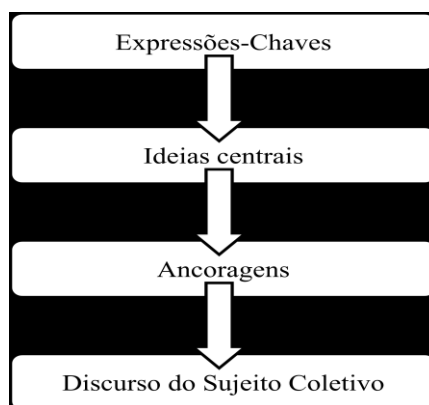
2. Para você qual o significado de desenvolvimento?
3. Para você qual o significado de sustentável?

Para análise dos dados optou-se pela utilização do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), que é uma proposta de organização e tabulação de dados qualitativos de natureza verbal, obtidos de depoimentos (LEFEVRE e LEFEVRE, 2006, p. 517).

A técnica do sujeito coletivo (DSC) pode ser utilizada como ferramenta de sistematização de experiências acumuladas (LEFEVRE, CRESTANA e CORNETTA, 2003, p. 69). O DSC é uma proposta de organização e tabulação de dados qualitativos de natureza verbal, obtidos de depoimentos (LEFEVRE e LEFEVRE, 2006, p. 517). Fundamenta-se na teoria da Reprodução Social e seus fundamentos sociológicos (LEFEVRE, CRESTANA e CORNETTA, 2003, p. 70).

Sua matéria-prima é o depoimento organizado em um ou mais discursos-sínteses escrito na primeira pessoa do singular, expressando dessa forma o discurso como se uma coletividade fosse o emissor, como se fosse um único discurso individual (LEFEVRE, CRESTANA e CORNETTA, 2003, p. 70; LEFEVRE e LEFEVRE, 2006, p. 517). De cada resposta (de uma entrevista) individual ou depoimento, tira-se as “expressões-chaves”, que são partes mais significativas da mensagem, revelando a essência do conteúdo do discurso. Em seguida, destacam-se as ideias centrais que são uma síntese das expressões-chaves, as quais poderão ser descritas sinteticamente por meio da ancoragem, que por fim levarão a representação de um “eu coletivo” no discurso do sujeito coletivo em si (LEFEVRE, CRESTANA e CORNETTA, 2003, p. 70; LEFEVRE e LEFEVRE, 2006, p. 518).

Figura 01 – Etapas do DSC



Fonte: Elaborada pelos autores com base em Lefevre, Crestana e Cornetta, 2003, p. 70.

Esta metodologia visa dar maior acuidade e validade à pesquisa, auxiliando a encontrar o “porquê” ao invés de apenas identificar um problema. Sua aplicação tem demonstrado eficácia para o processamento e expressão das opiniões coletivas (LEFEVRE e LEFEVRE, 2006, p. 517). Conforme destaque de Lefevre e Lefevre (2006, p. 522), o DSC, não deve ser confundido com uma representação social de uma coletividade, mas tão apenas como uma camada desta, podendo ser agregadas diversas outras camadas diretamente sobre a primeira.

A ideia de sujeito coletivo pode ser utilizada do ponto de vista da teoria institucionalista, cujo objeto, as relações sociais, são também vistas como um produto coletivizado das reações individuais tornadas comuns. Com esse intuito, o DSC foi considerado uma ferramenta fundamental para a compreensão do discurso oriundo das populações extrativistas do estado de Rondônia, um dos objetos de estudo do projeto Casadinho, realizado pelo Programa de Pós Graduação Mestrado em Administração da Universidade Federal de Rondônia.

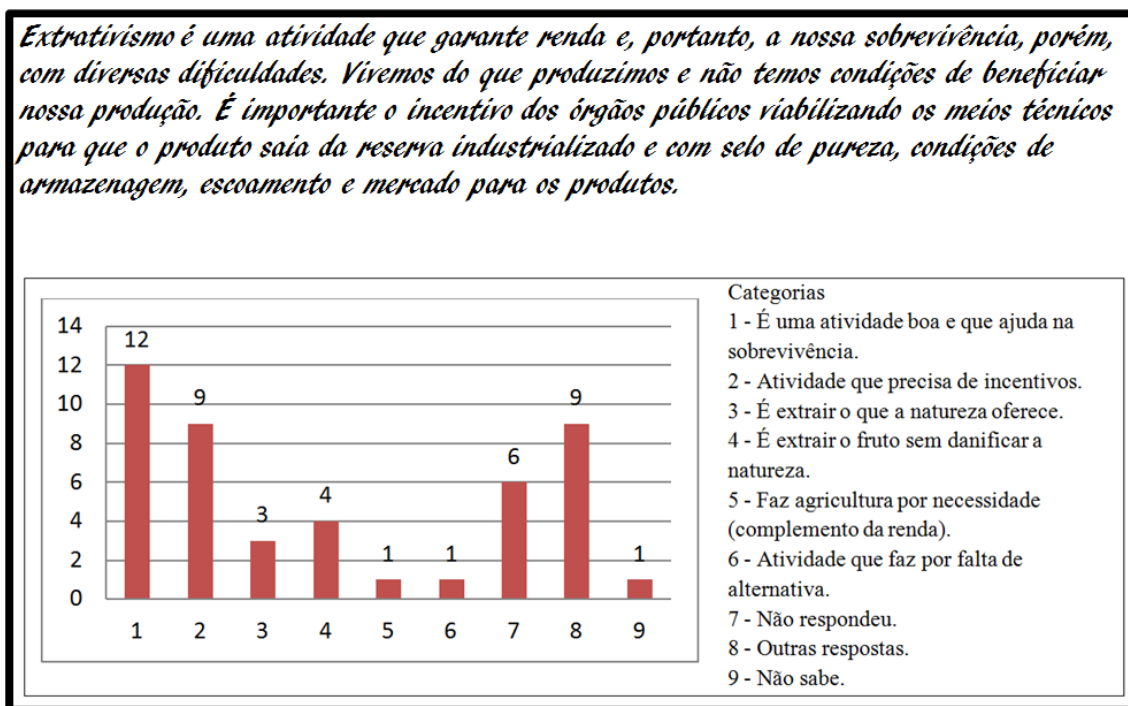
Dessa maneira, a própria forma de pensar dos extrativistas é resultado do processo de institucionalização ocorrido no campo das reservas extrativistas. O DSC toma como ponto inicial os depoimentos ou entrevistas. Em seguida, destaca as ideias centrais, que por efeito desta pesquisa, foi categorizada a partir dos conceitos e entendimentos de *experts* relacionados aos temas em questão.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste item são apresentados os resultados encontrados com a categorização das entrevistas, considerando o ponto de vista dos atores. Sendo assim, apresentou-se primeiramente o DSC dos atores em relação ao seu entendimento de extrativismo e logo após, em relação ao desenvolvimento, e suas respectivas análises.

A Figura 2 mostra o Discurso do Sujeito Coletivo **EXTRATIVISTA**.

Figura 2. Discurso do Sujeito Coletivo **EXTRATIVISTA** e categorias com maior grau de incidência no que se refere a definição **EXTRATIVISMO**.



Fonte: Dados de pesquisa

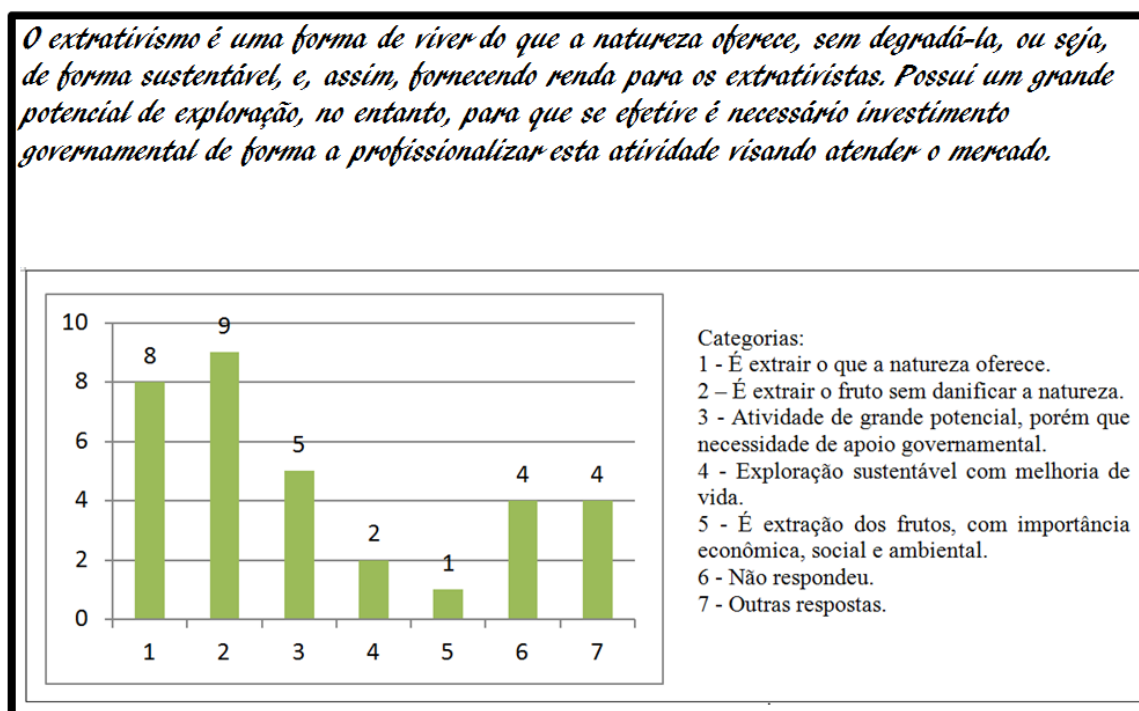
De forma geral, os extrativistas vinculam a sua atividade à questão da sobrevivência, dando uma conotação de que ser extrativista significa lutar para se manter vivo. Certamente, é reconhecido em alguns trabalhos (VALIANTE, 2008; MOREIRA, 2010; TEIXEIRA, 2010) que a renda do extrativista é, via de regra, bastante reduzida, motivo pela qual essa afirmação aparece de forma bastante clara.

Outra situação de destaque é o fato de um número muito grande de extrativistas que não responderam, não sabem e outros cujas respostas estiveram tão distantes da definição de extrativismo, que não puderam ser classificadas, somando um total de 16 respostas, o que demonstra *a priori*, uma situação na qual os moradores dessas Unidades de Conservação não compreendem o que o extrativismo representa em uma perspectiva mais ampla, ou seja, não sabem o porquê eles vivem nessas áreas, o que certamente está relacionado a um baixo grau de institucionalização do conceito central que criou as Reservas Extrativistas.

No outro lado, as organizações compostas pelas associações e entes de apoio públicos e privados que gravitam em torno dessas áreas demonstram em seu discurso que

estão alinhados aos pensamentos que vinculam o extrativismo dentro das Reservas Extrativistas à sustentabilidade (Figura 3).

Figura 3. Discurso do Sujeito Coletivo **ORGANIZAÇÕES** e categorias com maior grau de incidência no que se refere a definição **EXTRATIVISMO**.



Fonte: Dados de pesquisa

São frequentes as organizações discursarem utilizando terminologias “sustentável”, “ausência de degradação”, “potencial de exploração”. Conforme se esperava, esse discurso está de acordo com a missão dessas organizações, em especial o ICMBio, SEDAM, EMATER e CONAB.

Certamente, os dois discursos das organizações e dos extrativistas são basicamente distintos uns dos outros. Em termos comparativos, demonstra-se que aquilo que está institucionalizado nas organizações diverge daquilo que os extrativistas compreendem de sua própria atividade, e que indica que embora se conheça o conceito da função sustentável da atividade extrativista, as organizações, no mínimo, pouco fazem para que essa informação chegue aos primeiros atores.

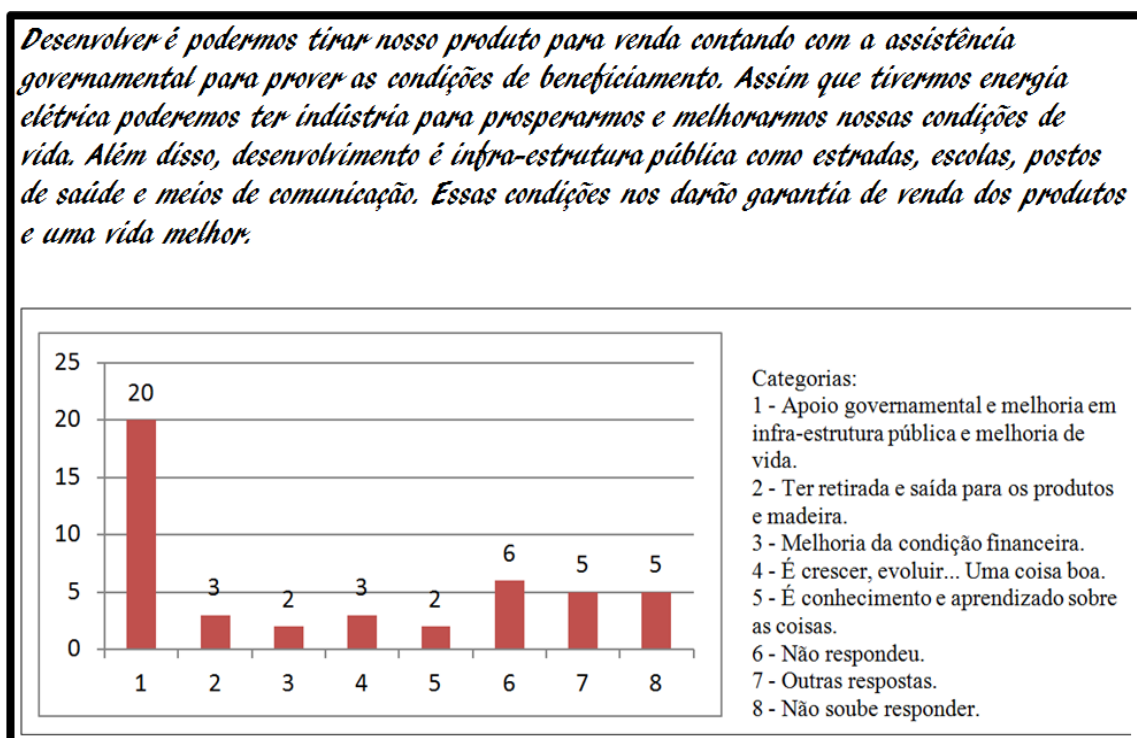
O único ponto de convergência dos dois discursos é a necessidade de apoio governamental para que a atividade extrativa tenha êxito, para os extrativistas, com

observância em suas rendas econômicas, com pouca perspectiva ambiental, e para as organizações, temos como “potencial extrativista” seja usufruído, mas sem “danificar a natureza” são bastante utilizados.

O reconhecimento das organizações, em especial as públicas, da necessidade de apoio, demonstra que de forma geral, estas não estão conseguindo concorrer para que a vida dos extrativistas melhore, e mostra evidências que o discurso “politicamente correto” está ainda distante de atitudes que possam de fato melhorar a vida das populações tradicionais.

A Figura 4 mostra o discurso dos extrativistas quanto a visão de desenvolvimento.

Figura 4. Discurso do Sujeito Coletivo **EXTRATIVISTA** e categorias com maior grau de incidência no que se refere a definição **DESENVOLVIMENTO**.



Fonte: Dados de Pesquisa

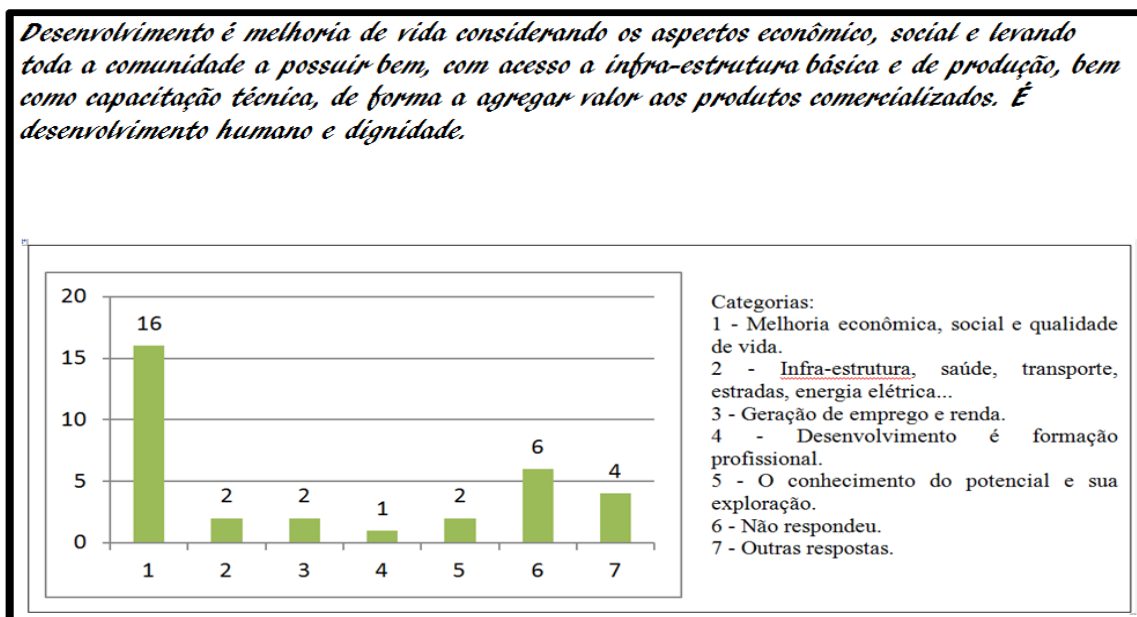
Pelo discurso apresentado pelos extrativistas, é possível identificar que pouco deste refere-se a questões de desenvolvimento sustentável, estando diretamente relacionado a investimentos de infraestrutura, beneficiamento de produtos florestais, e

investimentos na área social, tais como escolas. A categoria “apoio governamental” de maior incidência (20) deixa clara a posição.

Certamente, esse posicionamento está relacionado a extrativistas cujas Reservas estão bastante próximas das cidades, e que os mesmos as veem como uma oportunidade de uma nova vida, ou que a vida dentro das RESEX seja semelhante, mas com o direito de uso da terra. Os costumes da cidade adquiridos pelos extrativistas demonstra forte descaracterização de suas atividades com a finalidade primeira da criação das Reservas Extrativistas. Decorre disso que as regras informais emanadas pelos extrativistas estão claramente em desacordo com aquilo que foi concebido na lei de criação dessas Unidades de Conservação.

Por outro lado, a visão das organizações acrescenta a definição de desenvolvimento à questão social, mas com pouco emprego do termo sustentabilidade em seu discurso (Figura 5). Talvez o que explique esse discurso é o fato de se ter a definição de sustentabilidade como certo pelo fato de a lei de criação das Unidades de Conservação restringir atividades além da atividade extrativista. Conforme diz a lei “(...) subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte (...)” (LEI Nº 9.985, 18 de julho de 2000).

Figura 5. Discurso do Sujeito Coletivo **ORGANIZAÇÕES** e categorias com maior grau de incidência no que se refere a definição **DESENVOLVIMENTO**.



Fonte: Dados de Pesquisa

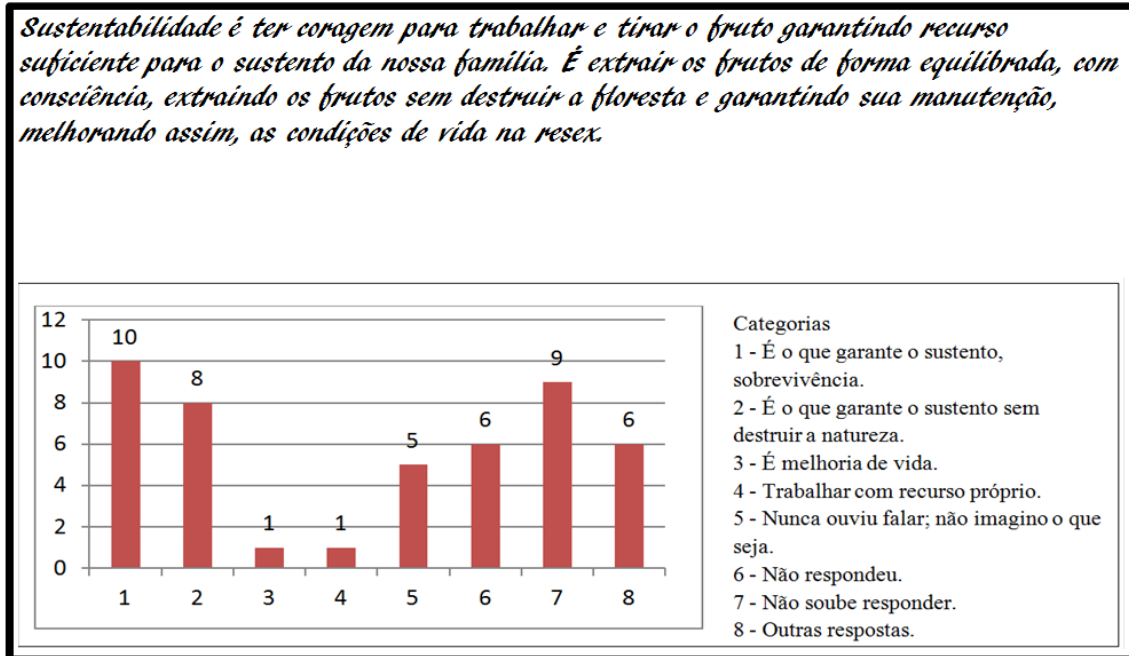
Por outro lado, é importante salientar que pelo menos uma organização – SEDAM – tem autorizado atividades madeireiras nas RESEX de jurisdição do estado e pode explicar o porquê a conservação do meio ambiente não é indicado como um fator a ser levado em consideração no discurso, bem como as associações que se beneficiam financeiramente da extração madeireira, alavancando suas atividades.

Conforme já foi verificado em Fachinello e Siena (2009) fica claro que organizações públicas de apoio têm institucionalizado formas alternativas de renda para os extrativistas, destoando da concepção original da criação das Reservas Extrativistas. O resultado geral desse descompasso entre a proposta original de RESEX como área sustentável e a atual liberação das atividades madeireiras é que oportunidades inovadoras, como o tecido da floresta, deixam de ser vistas como uma possibilidade viável (MOREIRA e MULLER, 2011).

A Figura 6 explicita o pensamento dos extrativistas em relação à sustentabilidade. A exemplo das respostas anteriores, percebe-se que os mesmos colocam a sua sobrevivência em primeiro lugar, considerando floresta é seu meio de vida. No entanto, alguns extrativistas quando deparados com o conceito, demonstraram em seus discursos possuir entendimento da necessidade de conservação da natureza.

Entretanto, um número expressivo de extrativistas teve dificuldade de se posicionar, deixando claro que o conceito de sustentabilidade não se encontra totalmente institucionalizado. Importante salientar que 05 (cinco) extrativistas afirmaram nunca ter ouvido falar e, portanto, que não imaginam do que se trata tal conceito, demonstrando claramente uma dissociação com a proposta de Reserva Extrativista, pelo menos em parte.

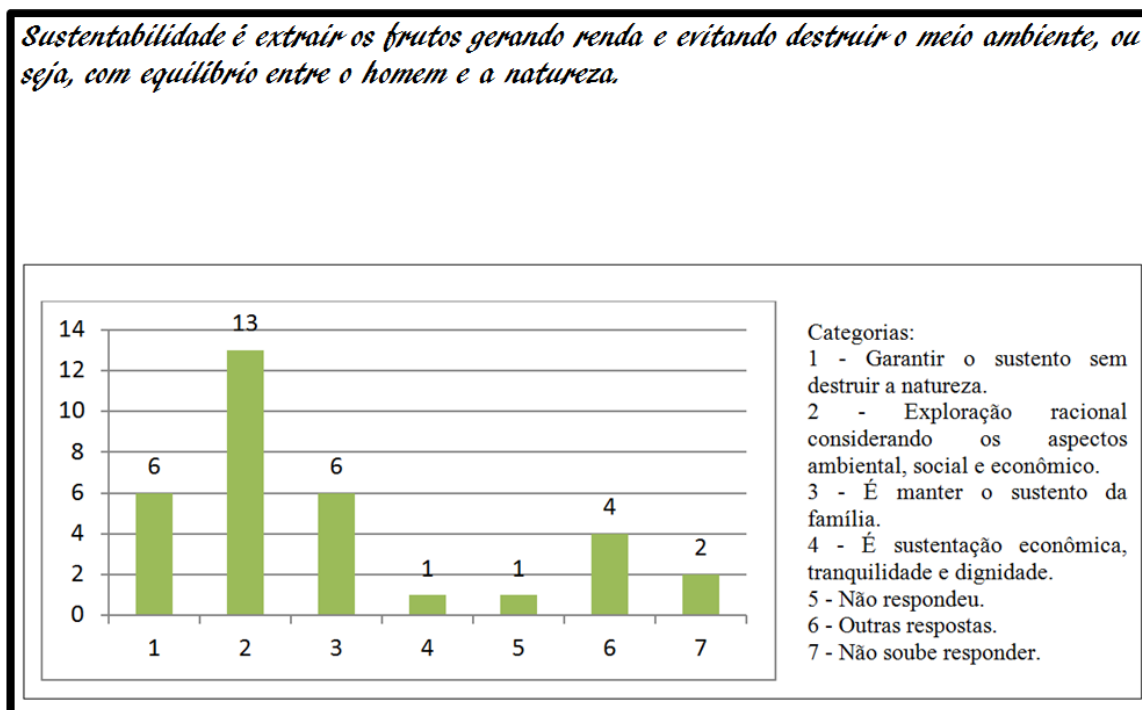
Figura 6. Discurso do Sujeito Coletivo **EXTRATIVISTA** e categorias com maior grau de incidência no que se refere a definição **SUSTENTABILIDADE**.



Fonte: Dados de Pesquisa

Por outro lado, o DSC das organizações demonstra o conhecimento de uma visão multifacetada de sustentabilidade, congregando em um só conceito a questão ambiental, social e econômica (Figura 7). Entretanto, é o que se espera das organizações, principalmente as públicas, visto que é sua função zelar sua implementação. Conforme consta no texto da lei, “A Reserva Extrativista (...) tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações (extrativistas), e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade” (LEI Nº 9.985, 18 de julho de 2000). Ou seja, produção sustentável é uma premissa básica e que deve figurar no entendimento de ambos os atores, extrativistas e organizações. Entretanto, o descolamento das informações desses dois grupos de atores indica que a aproximação que deveria acontecer, no momento não está ocorrendo.

Figura 7. Discurso do Sujeito Coletivo **ORGANIZAÇÕES** e categorias com maior grau de incidência no que se refere a definição **SUSTENTABILIDADE**.



Fonte: Dados de Pesquisa

Ainda em relação às organizações, se percebe um número quase irrisório de atores que não souberam se posicionar ou que não responderam, o que talvez possa ser explicado pela existência de uma escolaridade um pouco mais elevadas dos atores não extrativistas.

5 CONCLUSÕES

Percebe-se uma visão de paternalismo governamental por parte dos extrativistas, os quais acreditam na necessidade de incentivo do poder público, como forma de alavancar sua produção e venda, o que resultaria na melhoria em suas condições de vida. Seu foco principal é a sobrevivência, sendo esta a principal função da floresta, que deve permanecer em pé para este fim. Entretanto, há uma clara dificuldade em expressar o conceito de sustentabilidade, ficando por vezes, agregado a auto-sustentação.

Com relação aos atores que representam organizações públicas e privadas, se percebem respostas “prontas e automáticas”, como um discurso previamente decorado,

ressaltando que extrativismo deve ser realizado de forma sustentável, que desenvolvimento possui as dimensões econômica e social, com infraestrutura básica e de produção e, por fim, sustentabilidade, um considerando dentro do paradigma ambiental, social e econômico.

Constata divergência de opiniões dentre os grupos de atores que giram em torno das RESEX em Rondônia, ressaltando do desconhecimento ou mesmo conhecimento limitado da concepção inicial de sua criação, tal como formulada pelos próprios extrativistas na década de 1970. Tal condição pode ser resultante de ineficiência na gestão das florestas, como também, de interesses dos grupos a elas relacionados. Por fim, se coloca a necessidade de estudos mais aprofundados sobre a questão de forma a identificar as razões e possíveis formas de mitigar os problemas percebidos, os quais devem dar vazão aos anseios de melhoria da população produtora, bem como, garantindo a conservação e preservação da floresta amazônica.

6. BIBLIOGRAFIA

ALLEGRETTI, H. Ambientalismo político y reforma agrária: de Chico Mendes al movimiento de los sien tierra. **Nueva Sociedad**, n. 150, p. 57-68, Julio-Agosto 1997.

ALLEGRETTI, M. A construção social de políticas públicas. Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. **Desenvolvimento e Meio Ambiente. Editora UFPR**, n. 18, p. 39-59, jul/dez 2008.

ALLEGRETTI, M. H. **A construção social de políticas ambientais**. Brasília: Tese de doutorado. Universidade de Brasília., 2002.

BECKER, B. K. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Parcerias Estratégicas**, n. 12, p. 135-159, Setembro 2001.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. 33^a. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

BRASIL. LEI Nº 9.985, 18 de julho de 2000.

CAVALCANTI, F. C. S. A política ambiental na Amazônia: um estudo sobre as reservas extrativistas. **Tese de doutorado. UNICAMP**, Campinas, 2002.

CONCEIÇÃO, O. A. C. O conceito de instituição nas modernas abordagens institucionalistas. **R. Econ. contemp.**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 119-146, jul./dez. 2002.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. **American Sociological Review**, , v.48, nº.2, p..., v. 48, n. 2, p. 147-160, Apr 1983.

FACHINELLO, D. T.; SIENA, O. Problema de gestão das reservas extrativistas de Rondônia (BR): a visão dos gestores. **VIII Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica**, Cuiabá, Agosto 2009.

FACHINELLO, D. T.; SIENA, O. Problemas de gestão das reservas extrativistas de Rondônia (BR): a visão dos gestores. **VIII ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ECOLÓGICA**, Cuiabá, Agosto 2009.

FLIGSTEIN, N. Habilidade social e a teoria dos campos. **RAE**, v. 47, n. 2, abr/jun 2007.

GRANOVETTER, M. Economic Action and Social Struture: The Problem of Embeddedness. **The American Journal of Sociology**, v. 91, n. 3, p. 481-510, 1985.

HALL, P. A.; TAYLOR, R. C. R. As três versões do neo-institucionalismo. **Lua Nova**, n. 58, p. 193-224, 2003.

HOMMA, A. K. O. Extrativismo, biodiversidade e biopirataria na Amazônia. **Embrapa Inf. Tecnológica**, Brasília. Texto para discussão., 2008. ISSN ISSN 1677-5473.

LEFEVRE, A. M. C.; CRESTANA, M. F.; CORNETTA, V. K. A utilização da metodologia do discurso do sujeito coletivo na avaliação qualitativa dos cursos de especialização “Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos em Saúde-CADRHU”, São Paulo – 2002. **Saúde e Sociedade**, v. 12, n. 2, p. 68-75, jul/dez 2003.

LEFEVRE, F.; LEFEVRE, A. M. C. O sujeito coletivo que fala. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 10, n. 20, p. 517-524, jul/dez 2006.

MACHADO-DA-SILVA, C. L.; GUARIDO FILHO, E. R.; ROSSONI, L. Campos Organizacionais: Seis Diferentes Leituras e a Perspectiva de Estruturação. **Revista de Administração Contemporânea**, n. Edição Especial, p. 109-147, 2010. ISSN artigo 5.

MACIEL, R. C. G. Ilhas de alta produtividade: inovação essencial para a manutenção dos seringueiros nas reservas extrativistas. **Dissertação de mestrado. UNICAMP**, Campinas, 2003.

MEYER, J. W.; ROWAN, B. Institutionalized Organization: Formal Struture as Myth and Ceremony. **The American Journal of Sociology**, v. 82, n. 2, p. 340-363, 1977.

MOREIRA, R. C. S. A produção extrativa e o manejo florestal em reservas extrativistas: o caso da Resex Aquariquara de Rondônia. **Dissertação de Mestrado. PPGMAD-UNIR**, Porto Velho, 2010.

MOREIRA, R. C. S.; MULLER, C. A. D. S. A produção extrativista e o manejo florestal na reserva extrativista Aquariquara no Estado de Ronônia. **RARA - Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, Porto Velho, v. 3, n. 2, p. 1-13, mai/ago 2011.

MOURÃO, P. R. O Institucionalismo Americano – raízes e presente. **Enciclopédia Virtual**, 2007. Disponível em: <<http://www.eumed.net/eve/resum/06-04/prm.htm>>.

PERES, P. S. Comportamento ou instituições? A evolução histórica do neo-institucionalismo da ciência política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 68, Outubro 2008.

POWELL, W. W.; DIMAGGIO, P. J. **The new institutionalism in organizational analysis**. London: The University of Chicago Press, 1991.

SIENA, O. et al. Sustentabilidade dos produtos florestais não-madeiráveis (PFNM) do estado de Rondônia. **RARA. Revista de Administração e Negócios da Amazônia. Versão impressa**, Porto Velho, v. II, n. 1, 2011.

SIENA, O.; FACHINELLO, D. T.; MAIA, D. D. S. Constatações Sobre Reservas Extrativistas no Estado de Rondônia. **V Encontro Nacional da Anppas**, Florianópolis, Outubro 2010.

SWEDBERG, R. Sociologia econômica: hoje e amanhã. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 16, n. 2, 2004.

TEIXEIRA, O. T. S. Sustentabilidade econômica da produção extrativa não madeirável(pfnm) na reserva do lago de Cuniã (RO). **Dissertação de Mestrado. PPGMAD UNIR**, Porto Velho, 2010.

TOLBERT, P. S.; ZUCKER, L. A institucionalização da teoria institucional. In: CLEGG, S. R., et al. **Handbook de estudos organizacionais**. 1ª. ed. São Paulo: Atlas, 2010. Cap. 6, p. 194-225.

UNIR. **Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Núcleo de Ciências Sociais Aplicadas. Mestrado em Administração. Relatório de Pesquisa Busca da Sustentabilidade para os Produtos Não-Madeiráveis (PFNM) para o Estado de Rondônia**. Porto Velho: Edital 16/2008 (Casadinho). 2011.

VALIANTE, J. O. A sustentabilidade da produção extrativa da RESEX do Rio Ouro Preto (RO). **Dissertação de Mestrado**, Porto Velho, 2008.